política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Asfixia do setor produtivo



BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Em discurso na Câmara, o deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT, foto) subiu o tom contra a política monetária do Banco Central e classificou a atual taxa básica de juros (Selic) como uma "agiotagem" que asfixia o setor produtivo. O parlamentar afirmou que os banqueiros "não plantam nada, mas são os que colhem", enquanto encarecem o crédito para agricultores, comerciantes e industriais. Segundo o pedetista, a despesa pública com juros é o fator que mais trava o desenvolvimento do País e agrava o endividamento nacional. "O problema não é o Bolsa Família. É o Bolsa banqueiro."

Desperdício na saúde

Já o deputado federal gaúcho Pedro Westphalen (PP) apresentou requerimento na Comissão de Saúde da Câmara para a realização de uma audiência pública sobre o desperdício de recursos no sistema de saúde brasileiro e as formas de reinvestimento na assistência. Segundo o parlamentar, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que 20% a 30% dos gastos em sistemas de saúde sejam consumidos por práticas que não geram valor ao cidadão, o que, aplicado ao Brasil, representaria uma perda anual de R$ 240 bilhões a R$ 360 bilhões - valor superior ao orçamento federal da Educação. Entre as sugestões de medidas a serem debatidas estão a criação de um "Atlas do Desperdício em Saúde" e o uso de inteligência artificial para combater fraudes.

Falta de verbas do Itamaraty

O deputado federal gaúcho Marcel van Hattem (Novo) apresentou requerimento na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para convocar o chanceler Mauro Vieira. O objetivo é cobrar explicações sobre os atrasos no pagamento de salários e no repasse de recursos para a manutenção de embaixadas e consulados brasileiros no exterior. Na justificativa, o parlamentar gaúcho aponta que o apagão financeiro afetou mais de 20 postos diplomáticos em 13 países e critica a gestão orçamentária do governo federal. Van Hattem ressalta que a escassez de verbas é um problema recorrente no Itamaraty, o que considera injustificável diante do aumento real da arrecadação de impostos e da elevada carga tributária suportada pela população.

Legado das cotas raciais

Homenageado pela primeira turma de servidores cotistas do Senado, aprovados no concurso de 2022, o senador gaúcho Paulo Paim (PT) usou a tribuna para defender a ampliação das ações afirmativas no País e rebater críticas ao modelo. "As cotas não são privilégios de ninguém, são instrumentos de justiça social e mecanismos para corrigir desigualdades históricas", declarou o parlamentar, que foi um dos principais articuladores da legislação no Congresso. Em tom de despedida da vida pública, Paim dividiu o mérito dos avanços com os movimentos sociais e relembrou o ex-senador Abdias do Nascimento, pioneiro na defesa da pauta. Para o petista, a democracia brasileira só será verdadeiramente forte quando a diversidade da população estiver refletida nos espaços de decisão e de poder.

Autonomia dos idosos

Os deputados federais Alexandre Lindenmeyer (PT-RS) e Erika Kokay (PT-DF) protocolaram requerimento na Comissão do Idoso para uma moção de repúdio contra uma lei do Distrito Federal que criou o "Conselho de Proteção para a Pessoa Idosa". Segundo os parlamentares, a estrutura reproduz os moldes de um conselho tutelar. "Envelhecer não significa perder direitos, autonomia ou capacidade de decisão. Proteger a pessoa idosa é garantir seus direitos, e não submetê-la a mecanismos de tutela", argumentam os autores da proposta. A lei distrital também já é alvo de uma ação de inconstitucionalidade por parte do Ministério Público local.

Crise na PF com caso Master fragiliza comando de Andrei

Interlocutores do Planalto avaliam que futuro do diretor-geral é incerto

/ POLÍCIA FEDERAL

Integrantes do governo federal avaliam que a crise provocada pelo afastamento de dois delegados que atuavam na coordenação de investigações relacionadas ao Banco Master ampliou o desgaste do diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues.

Interlocutores do Palácio do Planalto avaliam que ele perdeu força para comandar a corporação no próximo mandato do presidente Lula (PT). Apesar disso, adotam cautela ao comentar o futuro de Andrei à frente da PF.

Segundo esses integrantes do Planalto, a avaliação é de que será necessário aguardar o retorno de Lula de viagem para discutir quem será o ministro da nova pasta da Segurança Pública e a situação do diretor-geral.

O presidente está fora do País para participar da Cúpula de Líderes da Conferência do Clima da ONU, em Antália, na Turquia. Em seguida, viajará para Manila, nas Filipinas, para compromissos relacionados à Associação de Nações do Sudeste Asiático.

Durante a campanha, aliados de Lula já defendiam uma mudança no comando da PF devido a atritos do diretor com uma ala do Supremo Tribunal Federal (STF) e do governo. As críticas à gestão agora foram ampliadas. Alguns membros do governo avaliam que a crise atual coloca em dúvida a capacidade de Andrei de manter o controle sobre a instituição.

Para uma ala do Planalto, a situação de Andrei é vista como insustentável, por avaliarem que ele ficou isolado na PF. Dentro da corporação, porém, há divergências sobre a dimensão do desgaste. Parte dos delegados considera que os episódios recentes indicam uma possível perda de controle. Outros avaliam que essa interpretação é exagerada e que, apesar da crise, o diretor-geral mantém o comando da instituição.

WASHINGTON COSTA/MPO/DIVULGAÇÃO/JC



Andrei Rodrigues vem sofrendo desgaste desde atrito com ala do STF

Segurança da posse será reforçada para evitar 'novo 8/1'

/ GOVERNO FEDERAL

A segurança da posse do presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) envolve 22 órgãos de segurança distritais e federais. A cerimônia ocorre em 5 de janeiro e a expectativa é que deva ser acompanhada em Brasília por cerca de um milhão de pessoas. O comitê foi instalado em agosto e seguirá a postos até 10 de janeiro. O objetivo é prevenir eventos de risco no período, como uma eventual invasão à Praça dos Três Poderes como a que aconteceu em 8 de janeiro de 2023.

Apesar disso, as forças de segurança não demonstram preocupação. O secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Alexandre Patury, afirmou que o comitê não encontrou movimentações que alertem as forças policiais. "Claro que manifestação de toda sorte se encontra na internet, mas tudo isso segue sendo verificado para obter a melhor resposta."

Entre os órgãos envolvidos na operação, estão a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a Polícia Militar (PMDF), o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e as Polícias Legislativas da Câmara e do Senado.

Patury diz que o esquema de segurança na posse será dividido em duas áreas: uma externa, onde ficará o público, sob responsabilidade da PM, e outra destinada aos chefes de Estado e a Lula, que ficará sob a tutela do GSI. Nos dias seguintes, as forças de segurança se manterão a postos para evitar novos incidentes.

RS avança em ranking de transparência com Selo Diamante

/ GOVERNO DO ESTADO

O Rio Grande do Sul obteve, pela segunda vez consecutiva, o Selo Diamante, reconhecimento de índice máximo de transparência do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Mesmo com o endurecimento dos critérios neste ciclo de avaliação, o Estado recebeu nota 96,6% e melhorou sua posição no Radar da Transparência, passando da décima para a oitava colocação no ranking.

A entrega dos Selos de Qualidade da Transparência Pública ocorreu nesta terça-feira, na cidade do Rio de Janeiro, e coincide com a celebração dos cinco anos do PNTP. O contador e auditor-geral adjunto do Estado Jociê Rocha Pereira e o chefe da Seção de Transparência da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), Thiago Caporali Pinho Alves, participaram da cerimônia de premiação.

O índice alcançado pelo Rio Grande do Sul se deve principalmente à qualidade dos dados disponibilizados no Portal da Transparência RS, gerido pela Cage, subsecretaria vinculada à Secretaria da Fazenda (Sefaz). Entre os principais avanços estão os novos painéis de emendas federais destinadas ao Estado e de terceirizados, além das melhorias nos filtros dos demais painéis, conforme a atual padronização exigida.